

Conselho Nacional de Educação – Câmara Municipal de Torres Vedras

Debate Nacional sobre a Educação – Conferência de Cidadãos

Torres Vedras, 30 de Novembro de 2006

1. O que queremos da Escola?:

1.1. Que competências de cidadania devem ser adquiridas por todos os alunos na escolaridade básica universal?

1. É usual no contexto escolar, sobretudo no Ensino Básico, entender-se a cidadania como formação para a relação do indivíduo com o Estado, e para o reconhecimento dos Direitos Humanos. A aprendizagem de direitos e deveres, a sensibilização para a vida em multiculturalismo, a sensibilização para valores consensualmente aceites como a Democracia, Tolerância, Solidariedade, Liberdade, e o conhecimento básico do funcionamento das instituições democráticas e participação na vida pública, fazem parte da agenda de educação para a cidadania. Contudo, não significa que os alunos interiorizem de facto as competências incluídas nesta agenda. Embora pratiquem a cidadania em actividades como por exemplo a Assembleia de Turma, mantém-se alguma resistência à participação na vida pública, e um razoável desconhecimento dos mecanismos de intervenção ao alcance do cidadão junto dos órgãos do Estado.

2. Uma segunda linha de reflexão pode assentar no papel dos *media* na socialização dos cidadãos. Se por um lado, as grelhas de programação da TV estão recheadas de programas que competem com a escola na transmissão de valores essenciais, por outro lado, quando se trata de programação formativa ou informativa (documentários, debates, informação), esta parece ficar algo distante. Há dificuldade em consumi-la e sobretudo descodificá-la. Parece-me poder ser função da Escola enquanto instância de formação de cidadania a descodificação do discurso dos *media*, no sentido de o tornar perceptível aos alunos, e eventualmente mais acessível. Através dos *media* e da descodificação do seu discurso podemos conseguir ganhar cidadãos mais interessados nas temáticas socialmente importantes, com vontade de aprofundar o seu conhecimento, e porventura como consequência, mais esclarecidos e com maior apetência para a intervenção. Esta linha de reflexão pode entroncar na necessidade de detecção de problemas emergentes na sociedade. A exemplo do que se tem feito com a prevenção rodoviária, agindo cedo para que o comportamento seja depois diferente, pode fazer-se o mesmo a propósito de situações preocupantes como o hiper-endividamento das

famílias, muitas vezes com origem no desconhecimento dos mecanismos de funcionamento das várias modalidades de crédito associado à dificuldade de gestão do orçamento familiar. Pode nestes casos fazer-se alguma educação, no sentido de dotar o cidadão de ferramentas que lhe permitam antecipar e prevenir problemas.

1.2. Que saberes e que competências serão fundamentais a todo o cidadão do século XXI?

1. Quando se coloca a questão das competências fundamentais para o cidadão do Século XXI, julgo ser pertinente a referência ao que Peter Drucker designa como o *trabalhador do conhecimento*. “Os trabalhadores do conhecimento estão rapidamente a tornar-se o maior grupo na força de trabalho de todos os países desenvolvidos” (Drucker, 2000). É uma perspectiva discutível como qualquer outra, mas que importa não ignorar pois podemos estar perante um dos maiores desafios em matéria de empregabilidade. Assim, e admitindo o trabalhador do futuro como trabalhador do conhecimento, importa reter o que Drucker considera como os principais requisitos de enquadramento: a responsabilidade pelo seu próprio contributo e respectiva autonomia, a necessidade de inovação contínua, a aprendizagem e ensinamento contínuos, e a qualidade como medida de produtividade (mais que a quantidade). Trata-se de um quadro a partir do qual se poderão desenvolver as competências transversais do cidadão do século XXI, não apenas no que toca à sua participação no mercado de trabalho, mas também no que diz respeito à sua participação enquanto actor social. Contudo este quadro remete para uma segunda questão: o facto de cada vez mais pessoas na população activa terem de ser capazes de se gerir a si próprias. Isto implica uma “responsabilização pelo seu contributo para a sociedade e pelo seu relacionamento com os outros” (Drucker, 2000).

2. Remete-nos esta perspectiva para a necessidade de dotar o cidadão do século XXI de competências de auto gestão, de construção do seu projecto, e da responsabilização pelo impacto que a sua actividade tem nos outros. Assim, perguntas como quem sou eu, e quais os meus pontos fortes? qual é o meu lugar e o meu contributo? qual a minha responsabilidade nos relacionamentos?, são essenciais para que o *trabalhador do conhecimento* possa saber gerir-se a si próprio num contexto de mudança e incerteza.

2. Que formação para os novos empregos? Que respostas locais podem ser dadas para melhorar a preparação dos jovens para a iniciativa, o empreendedorismo e a inovação?

1. Empreender hoje, não corresponde necessariamente à ideia de criar empresas, ser empresário. Trata-se de um conceito que tem vindo a alargar a sua esfera de aplicação ao âmbito da cidadania. Pode apresentar-se como uma mudança de cultura no sentido de as pessoas estarem mais conscientes da necessidade de serem responsáveis pelo seu próprio destino e agentes de mudança e progresso económico e social. Empreender é ser capaz de criar valor num contexto de mudança. Significa antes de mais uma atitude perante a vida, compreendendo que só podemos exigir à sociedade se antes de mais estivermos dispostos a contribuir para a mesma.

2. Programas como *Junior Achievement*, mais orientado para a fase terminal do Ensino Básico, e *ENE*, com origem no *Business Innovation Centre Algarve-Huelva*, este mais orientado para o Ensino Secundário, podem ser aplicados com sucesso nas escolas do concelho. São iniciativas que visam acima de tudo desenvolver o espírito empreendedor e inovador dos jovens. Pode o município associar-se através de parcerias com as entidades promotoras, no sentido de disseminar a sua aplicação pelas escolas do concelho. Cite-se a título de exemplo *The value-added employee*, (Cripe,2003) onde se expõem as 31 competências-chave para os profissionais que agregam valor nas organizações, quer sejam de natureza lucrativa ou não lucrativa. Registe-se que, 1/3 das competências identificadas estão directamente relacionadas com a inovação e iniciativa, bem como na capacidade de auto gestão, abordada no ponto anterior.

António José Esteveira (28/11/06)